

## Juventude como valor: referencial e método para uma definição a partir do cotidiano.

Youth as a value: reference and method for a definition from everyday life

Romero Galvão Maia<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma possível solução para um dos problemas dos estudos sobre juventude nas Ciências Sociais: definir a juventude antes da pesquisa de campo. Mostra como é possível chegar a uma definição objetiva sem reduzi-la a faixas etárias. O referencial na literatura é a Teoria das Representações Sociais, e o método é orientado para a busca de informações reveladas espontaneamente no cotidiano.

**Palavras-chave:** juventude, representações sociais, cotidiano, objetividade.

**Abstract:** This article presents a possible solution to a theoretical problem about youth in Social Sciences: the definition of youth before survey or interview. It shows how we can find an objective definition without making use of age groups technics. The Social Representation Theory is our reference in specialized literature, and our method is oriented for spontaneously expressed informations in everyday life.

**Key- words:** youth, social representations, everyday life, objectivity.

A juventude admitida como um valor<sup>2</sup> pode ser útil para a análise empírica dos grupos e indivíduos que se consideram parte da juventude. Este artigo se presta a explicar por que e como. Ele apresenta um caminho para descobrir o que é a juventude sem que o pesquisador precise estabelecer uma definição anterior à observação de seu objeto de estudo.

Não iremos, vale salientar, averiguar todo o complexo comportamental que pode decorrer do pertencimento à juventude. Apenas demonstramos que existe uma apropriação valorativa da juventude pelo senso comum<sup>3</sup> e que ela guarda em seu bojo uma definição concorde que orienta o comportamento dos grupos.

A ausência de uma síntese teórica e a falta de um recurso metodológico apropriado levam muitas pesquisas até mesmo a omitir um esforço de definição (cf. LEMUS, 1998:1). Em

<sup>1</sup> Sociólogo efetivo da Prefeitura do Recife e membro da Associação Universitária Internacional.

E-mail: romeromaia@gmail.com

<sup>2</sup> Equivale a considerá-la como uma unidade simbólica dotada de "conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo" que a toma de referência, e possuidora de "uma significação com relação a qual é, ou poderá ser, objeto de atividade" (THOMAS apud LAKATOS, 1990:323).

<sup>3</sup> Pharo (1990:221) mostra que o senso comum pode ser concebido como "um verdadeiro saber social" que nos permite reconhecer e agir sobre as situações e pessoas do dia-a-dia. Insta que a Sociologia não deve se colocar na posição de retificadora do senso comum. Em vez disso, defende que, estudando-o, ela pode atingir o verdadeiro saber social.

seu lugar, há apenas o consenso que a juventude precisa ser tomada no plural. Um consenso que trouxe grandes benefícios, por exemplo, na elaboração de políticas públicas (cf. SPOSITO e CARRANO, 2003). Mas mostra incapacidade de responder satisfatoriamente alguns problemas básicos sobre a juventude quando exagera na relativização do fenômeno com o fito de se colocar em objeção irrestrita ao discurso funcionalista que o precedeu. Aqui meramente acrescentaremos mais uma proposta ao debate atual. Não pretendemos contestá-lo por completo. Inclusive, nossa inserção no debate se dá como contribuição à corrente que vê a juventude como uma construção social. Lidamos com a hipótese que ao tomar a juventude como um valor é possível encontrar uma significação consensual no cotidiano<sup>4</sup> e defini-la. Partimos da premissa que o senso comum se acomoda sobre definições partilhadas no cotidiano (cf. MOSCOVICI, 2003).

### 1. A TÔNICA DO DEBATE ATUAL

O discurso predominante no debate acadêmico acerca da juventude gira em torno da pluralidade do conceito. A partir dos anos de 1960, com a emergência de uma Sociologia Diferencial, brotou um consenso acadêmico a respeito da natureza heterogênea da juventude. Com efeito, fala-se de juventudes, não apenas por ser academicamente correto, mas para deixar explícita essa diferenciação interna do próprio objeto de pesquisa, “em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os indivíduos nessa etapa do ciclo da vida” (SPOSITO, s/d); também para exigir que as conclusões dos pesquisadores sejam situadas no tempo e no espaço, e levem em consideração outras variáveis que diferenciam os jovens inseridos num mesmo espaço ou tempo, como raça, religião, gênero, grau de escolaridade e de acesso a renda.

Todavia, a assimilação da pluralidade da juventude não se procede facilmente em todas as instâncias de pesquisa. As dificuldades que sucedem são quase sempre de ordem metodológica, como nas pesquisas com amostras probabilísticas da população. Nessas pesquisas, a perspectiva da pluralidade é obstada pelo imperativo estatístico do recorte etário. Por isso, seus resultados são freqüentemente taxados de “rotuladores e reducionistas”, uma vez que nessas pesquisas juventude é, em último caso, uma questão de idade (cf. LEÓN, 2004; CRIADO, s/d).

Spink (1999) adita que a dicotomia entre abordagem qualitativa e quantitativa é um falso truísmo oriundo do embate entre as ciências naturais e sociais. O próprio advento da era moderna foi acompanhado por uma entronização do objetivismo, da busca de leis gerais perceptíveis a partir da observação regular das manifestações exteriores suscetíveis aos

<sup>4</sup> Território (“lugar” onde espaço e tempo se encontram socialmente construídos) que possibilita a interpretação dos eventos e a orientação das expectativas do senso comum pelo que é habitual, que se sucede todos os dias de maneira trivial e ordinária, sem, contudo, ser estático. (cf. HELLER, 2000:20).

sentidos. Ironicamente, ela considera que, na verdade, um debate sério jamais existiu, uma vez que as ciências sociais sempre foram consideradas disciplinas menores, ciências *soft*, em contraposição às ciências *hard*.

O cenário que possibilita essa junção de múltiplas técnicas de pesquisa e acesso às informações relevantes para o problema de pesquisa começa a ser aberto, segundo Spink (1999), pela epistemologia da diferença, pontuada na distinção feita por Dilthey entre explicação e compreensão. A questão central para o desenvolvimento científico deixa de ser a obsessão pela objetividade e passa a se centrar predominantemente na validade, concedendo *status* de ciência às metodologias que abrissem espaço à interpretação, possibilitando o trato dos significados, da dimensão intermental e do desnudamento das intencionalidades.

Nessa linha, há o desenvolvimento de estudos qualitativos que buscam discutir as novas formas de atuação política da juventude (cf. SOUSA, 2004), objeto qualitativo por excelência. Aqui o diálogo com a noção de juventudes é operacionalizado pelo conceito de rede. Uma rede é, de acordo com Herpin (1990:208), a configuração das relações observadas entre membros de um grupo que mantêm um conjunto de vínculos entre si por meio de alguma entidade tecnológica ou instituição que efetiva a reciprocidade, o acesso a recursos e à informação, atuando como uma estrutura de constrangimento sobre os comportamentos. Essa noção possibilita um enfoque privilegiado para entender como um conjunto de vínculos tem capacidade para repercutir ou organizar uma ação coletiva, apesar da heterogeneidade consentida na estrutura da rede de juventudes.

Sousa (2004) mostra que a atuação política proveniente de uma juventude interligada numa configuração de redes é pensada globalmente, mas efetivada localmente. Por sua vez, esses jovens estabeleceriam esses contatos a partir de princípios compartilhados de ação política, que não chegam a formar uma identidade rígida.

Esses princípios foram listados pela autora como: a) adesão a ações diretas. Em contraposição ao modelo marxista-leninista de organização, seria uma ação coletiva nos moldes de uma configuração cultural de ênfase ao individualismo e à liberdade. b) horizontalidade nas decisões, revelando alguma afinidade com um socialismo autogestionário e ideais de uma democracia direta quase anarquista, onde ninguém se submete à autoridade alguma. A heterogeneidade da juventude é tomada como ponto de partida pelo próprio movimento de rede e, ao invés do consenso, busca-se apenas uma afinidade eletiva. A peculiaridade de uma reprodução da diferença assenta, ainda segundo Sousa (2004), na *diversidade* inevitável (inclusive pelas distâncias culturais, geográficas e de idade, que envolvem os membros vinculados), na *descentralização* das decisões, na *interdependência* do local com o global na troca de informações e recursos, e na *interconexão* que implica uma organização multifacetada da ação nos ambientes concretos perpassados pela rede; c) e o posicionamento anticapitalista, que se diz de resistência à exploração do trabalho de homens e

mulheres, ao esgotamento e degradação da natureza e a desumanização das relações sociais orientadas pelo desejo de lucro individual. (cf. SOUSA, 2004:458-460).

Apesar da autora não ter a intenção de reforçar uma representação rebelde da juventude, pois o estudo é sobre uma forma existente de atuação política entre outras, seu trabalho termina retomando o mito da correlação direta entre juventude e revolução. Por não explicar qual a relação que tais mobilizações expressam essencialmente com uma concepção de juventude, deixa para o leitor a impressão de que o vínculo é óbvio. A pedra angular de sua reflexão, na verdade, é o fenômeno da identidade coletiva, a “aptidão de uma comunidade para reconhecer-se como grupo” e daí decorrer para a interação e, quiçá, ação coletiva (SEGRESTIN, 1990:124). E, pelo exposto, a identidade dos membros desse grupo, “a síntese pontual que eles são forçados socialmente a fazer quando dizem ‘eu’” (CECCARELLI, 1997), está mais imbricado com os três princípios listados do que com algum referencial, mesmo que vago, de juventude.

Costa (2004), analisando compreensivamente as formas de atuação do movimento estudantil contemporâneo, mostra como o discurso, por exemplo, sobre as mobilizações de 1968 foi sendo alterado com o passar do tempo até se consolidar num saudosismo inofensivo. Na época, apenas a minoria avaliava os protestos como comprometidos com a melhoria das condições de vida da sociedade. “Para muitos, naquela época, o movimento estudantil apenas repercutia ‘ações pequeno-burguesas’ que poderiam comprometer processos mais sérios de mudança.”. E conclui: “Assim, não podemos conceber que a juventude possui, inerentemente, o poder de mudança (...)” (COSTA, 2004:243-244).

Temos, nessa análise, mais uma ressalva gerada por uma noção plural de juventude que inclui os diversos discursos e mitos concorrentes sobre o fenômeno. A conclusão se dá pela negação e a vinculação das características percebidas da atuação política à outra entidade conhecida, a saber, o jogo de interação entre uma geração, a visibilidade de suas ações e os incentivos presentes no contexto social para a atuação contestatória grupal. No caso do trabalho de Costa (2004), a relevância da categoria “estudante” na sua análise possibilita a redução necessária para tecer suas conclusões.

Contudo, é nesse mesmo resgate histórico dos discursos sobre a juventude construída para a década de 60, que podemos vislumbrar o ponto fundamental para a compreensão da construção social da juventude na atualidade. Uma definição meramente cronológica, ou baseada numa idéia de sucessão de fases regulares da vida, dá lugar à concepção da juventude como um valor. Daí a associação recorrente entre juventude e processos de mudança.

Portanto, esse processo de tornar-se a juventude um valor, que pode ser incorporado ou imputado, é menos uma consequência histórica inevitável de uma suposta juventude coesa

do Maio de 68, que uma construção social das gerações posteriores. Mas que sói influir para o reconhecimento de que gozam os grupos.

Há registro de um grande contingente da população jovem da década de 60 que estava alinhado em torno de movimentos reacionários. Desses, Matos (1981:40-42) menciona os jovens envolvidos e leitores da revista *Aspects de la France*, declaradamente crítica dos movimentos de protesto da época; da *Action Française*, de inclinação fascista; da Aliança Republicana, que em junho de 68 contribui para a formação de uma frente anticomunista; o Grupo Ocidente, mais violento e xenófobo, que chegou a invadir várias vezes a sede da UNE francesa; a Federação dos Estudantes Nacionalistas, que rechaça a idéia de luta de classes em favorecimento a uma pretensa harmonia de interesses nacionais e exige a suspensão da ajuda ao Terceiro Mundo.

O que revela esse esforço de resgate mais crítico da atuação dos grupos de juventude nos anos 60 é a recente preocupação dos pesquisadores em escapar à reprodução de um discurso ideológico e aos lugares-comuns. Todavia, uma tentativa nesse sentido já havia sido feita no trabalho supracitado de W. Jaide (1968), cuja primeira publicação data de 1961. O que ele propunha era a construção tipológica de esferas geracionais passíveis de comparação no tempo. Esperava obter um quadro que auxiliasse na compreensão do fenômeno de mudança social. Contudo, a maior dificuldade de seu empreendimento fora reconhecida em seu próprio texto. Entendia claramente que, a rigor, uma geração só poderia ser medida consigo mesma (1968:19).

Além disso, estava ciente do risco de tomar as circunstâncias de uma época no lugar da mentalidade de uma geração inteira. Muitas vezes, as informações que dispomos para generalizações ou elaborações de uma tipologia já nos chegam como um recorte pré-definido, cujos critérios não temos acesso. Com efeito, as características das “gerações barulhentas” terminariam se sobrepondo às “gerações silenciosas” (JAIDE, 1968:19), o que implicaria um equívoco maior que simplesmente tomar o todo pela parte, qual seja, tomar o todo por uma versão sobre uma parte.

Nessa linha de pensamento, o foco da pesquisa contemporânea migrou do estertor de rotular todos os jovens de uma geração, para o estudo da formas de trocas simbólicas que se estabelecem entre os diversos grupos. Vê-se a importância dos trabalhos de Jaide (1968), não por ele ter conseguido atingir seus objetivos tipológicos, coisa que não conseguiu de fato, mas por ter iniciado uma cisão entre o que se deduz dos jovens e o que os próprios jovens pensam sobre o que são e o que fazer enquanto constituintes da juventude. Em palavras atuais, seria o primeiro instituto do jovem como sujeito, que abre as portas para a complexificação do fenômeno da juventude e a conseqüente harmonização da concepção de pluralidade.

Outro objeto bastante explorado pelos cientistas que trabalham com a noção de “juventudes” é a juventude pobre. O próprio recorte estabelecido sobre o viés de classe e

situação socioeconômica é direcionado para avaliar uma unidade de sentido imersa na heterogeneidade do fenômeno. Todavia, a imagem da juventude que vem sendo forjada desde década de 60, como uma juventude vinculada à contestação de ordem simbólica, faz-se presente nesses estudos. São muitas as pesquisas que delimitam a descrição e análise dos movimentos culturais ditos de periferia. Eles não necessariamente são centrados nos princípios expostos acima (adesão à ação direta, horizontalidade das decisões e posicionamento anticapitalista). Observam, por seu turno, reivindicações por justiça racial, contra a discriminação etária, de gênero e a denúncia do cotidiano marcado pela violência (cf: ALVES, 2005; OLIVEIRA, 2006).

Em outra leva de pesquisas, avalia-se a relação que existe entre a atual estrutura do mercado de trabalho e a admissão de profissionais em determinadas faixas etárias consideradas delimitadoras da juventude. Essas faixas variam de um órgão de pesquisa para o outro. A utilização dos dados gerados por essas pesquisas serve a diversos fins de análise e interpretação. Uma das aplicações mais relevantes desses dados está na elaboração de políticas públicas. De forma geral, também os estudos sobre políticas públicas que se associam com a temática da juventude estão realizando a transição paradigmática para adequarem-se ao atual consenso da pluralidade. (cf. CASTRO e ABRAMOVAY, 2002) Ao lado do debate sobre políticas públicas, apresenta-se a tematização da educação nas pesquisas sobre juventude. Na área da Pedagogia se verifica um pendor positivo no número de dissertações e teses apresentadas, segundo balanço realizado por Sposito (1997), sendo expressivo também o acréscimo relativo dos trabalhos sobre juventude.

Após essa exposição das orientações e objetos centrais na Sociologia da Juventude e áreas afins, chegamos no ponto para o qual convergimos: a juventude como um valor socialmente construído. Temos uma Sociologia da Juventude de perspectiva culturalista que evidencia a natureza dinâmica da construção social de significados no cotidiano. Os debates dentro dessa ótica giram em torno de duas questões básicas: identidade e cultura, ou de outra forma, o subjetivo e o coletivo, considerados como instâncias interdependentes. Nos encontramos aqui com os textos G. Debert (2004), I. Tucherman (2004), C. Pàmols (1999) e R. Alvim (2002).

Debert (2004) busca destrinchar o fenômeno da valorização da juventude tanto no sentido de sua feição simbólica quanto no sentido do acúmulo de prestígio relacionado aos indivíduos identificados por traços juvenis. Ela pontua que hoje a fase da vida perde seu vínculo com uma determinada faixa etária e se transforma num valor que pode ser conquistado a qualquer idade, bastando que se adote um estilo de vida e formas de consumo adequadas a esse fim. A partir daí, contrapõe a juventude à velhice no fito de explicar como esta é vista como consequência de uma prática de “consumo falho” (DEBERT, 2004:19). Com efeito, quando pensamos a juventude como um valor, precisamos relacioná-la. Ela seria um atributo



símbolo cujo valor deriva do fluxo de virtudes relacionadas a outro símbolo que é paulatinamente desvalorizado nesse processo. Mas o que está por trás desse fenômeno? Para esses autores, a resposta jaz na evidência do apagamento das fronteiras entre os requisitos racionalizadores da ordem social moderna.

Tucherman (2004) traz a idéia central de “invenções da juventude” (TUCHERMAN, 2004:2) no transcorrer do processo histórico. Procura-as em alguns momentos nos quais identifica subsídios para uma cultura de valorização exacerbada da juventude em detrimento da velhice, ou mesmo do fatalismo da morte. Tenta mostrar como a existência no Ocidente se estabelece sob uma ânsia de reconhecimento. A verdadeira morte seria amargar a indiferença ou o esquecimento alheio. Vê-se uma ordem social imersa na esperança de transcender a condição de anjo caído, ou seja, de atingir a imortalidade à semelhança dos deuses do Olimpo. É a morte que, sendo bela, possibilitaria um desvio do destino fatal do homem, pelo menos em relação à aproximação inevitável da decrepitude. Em vista disso, é possível verificar uma estreita relação existente entre estética e a acepção simbólica da juventude.

Em Pàmpols (1999) e Alvim (2002), encontramos uma abordagem de caráter acentuadamente cultural-relativista da juventude. Os grupos compostos por jovens vão receber uma ênfase especial. Eles se desenvolveriam suas práticas mediante a construção de estilos de vida emblemáticos. Esses estilos de vida são organizados a partir de modelo de prêmios partilhados, realizados durante o tempo livre ou em espaços intersticiais da vida social. A juventude, então, será pensada sempre a partir de um conjunto complexo de relações jurídicas, sociais, políticas e econômicas etc. das quais se originam subculturas múltiplas, ligadas entre si pelo valor da categoria juventude. “Sua expressão mais visível são (sic) um conjunto de estilos juvenis espetaculares, não obstante seus efeitos se deixam sentir em amplas camadas da juventude.” (PÀMPOLS, 1999:84)<sup>5</sup>.

Mesmo com a exposição dos principais eixos do debate especializado, ainda é possível perceber uma certa obscuridade sobre a construção do objeto “juventudes”. L. Alpizar e M. Bernal (2003) sugerem que as definições da juventude produzidas até hoje podem ser classificadas, grosso modo, em sete principais correntes: 1) a juventude como uma etapa do desenvolvimento psicobiológico humano; 2) a juventude como um momento chave para a integração social; 3) juventude como um dado sociodemográfico; 4) juventude como agente de mudança; 5) juventude como problema para o desenvolvimento; 6) gerações juvenis; 7) juventude como uma construção social.

Situamo-nos nesta última corrente. Ela nasce de aproximações teóricas mais recentes. Aqui a juventude não é homogênea. É plural. Sua acepção é estabelecida no campo dos signos, isto é, como um valor social. Essa visão tenta evidenciar as nuances presentes na

<sup>5</sup> Tradução do autor seguindo o original em espanhol: “Su expresión más visible son un conjunto de estilos juveniles espetaculares, aunque sus efectos se dejan sentir en amplias capas de la juventud.”

juventude a partir de uma relativização cultural que admite o caráter simbólico da construção da juventude em cada sociedade. A agência, então, reconquista importância na análise. Por isso, os trabalhos falam sempre de juventudes, ao invés de juventude. Reconhece-se, portanto, a experimentação identitária de uma multiplicidade de papéis no cotidiano que, por sua vez, estabelece-se sobre ininterruptas possibilidades de redefinição do “eu” (cf. CARRANO, 2007; MARTINS, 2007). Porém, evita-se o reducionismo ao custo de um forte relativismo. A categoria muitas vezes aparece esvaziada na medida que outras variáveis como gênero, etnia e classe são levadas em conta para explicitar a complexidade do debate. Também é relatada a apropriação do termo pelo mercado de bens cosméticos, da indústria da moda e do mercado de lazer. A juventude, em sua acepção valorativa, é agregada à importância de mercadorias e passa a se constituir como um bem. Esse fenômeno evoca imagens que são socialmente partilhadas e negociadas a partir de parâmetros econômicos, culturais e políticos. A juventude deixa de ser apenas uma fase da vida e é colocada à disposição para ser conquistada a qualquer tempo. Enfim, como valor, a juventude ganha, na pesquisa acadêmica, conotações micro e macrosociais ao mesmo tempo.

Percebe-se uma tentativa real de elaboração de um discurso objetivo sobre a juventude como construção social. Todavia, esta vê-se engessada pelo excessivo relativismo (MARCUS, 1994:14) que inviabiliza muitas conclusões a respeito, mesmo dentro de uma mesma sociedade. O que fazer? Propomo-nos a pensar na viabilidade de um novo caminho para se aproximar de um conceito válido de juventude. Pode-se dizer que esse caminho está inserido no debate da juventude como um fenômeno simbólico criado socialmente. Isto renova a discussão ao deslocar o foco para a simultaneidade dialética entre agência e estrutura que se processa no cotidiano. Nesse sentido, é preciso entender o fenômeno estudado a partir de como é forjada sua representação social. Essa modalidade de conhecimento partilhado que unifica a complexidade do cotidiano em uma só palavra: juventude.

## 2. AS CONTRIBUIÇÕES DE DURKHEIM E MOSCOVICI

Nas seis primeiras correntes apresentadas anteriormente, existe uma noção de juventude forjada *a priori*. Ela não deriva da observação do que se sucede entre os atores e grupos no cotidiano. Inicia-se a pesquisa de campo sob uma definição já muito clara do que é a juventude. Do ponto de vista socioantropológico, não podemos afirmar que se trata de uma acepção sob a qual jaz o entendimento social da juventude no território do cotidiano (cf. LARAIA, 2002:87-93). Quando uma categoria como a juventude é internalizada pelos indivíduos, ela se cristaliza como um signo comunicativo. Ao ser pronunciado, esse signo partilha uma imagem com o interlocutor que torna possível seu entendimento no cotidiano de



uma sociedade. A representação social<sup>6</sup> estabelece-se justamente nessa mediação semiótica. Ela possibilita e sustenta as relações sociais, entendidas aqui como um fenômeno comunicativo (cf. WAGNER, 1998:3). As delimitações de intervalos etários, por exemplo, são muitas vezes confundidas com uma definição de juventude, mas esbarram nos limites de seu cerne operacional, ou seja, visam apenas viabilizar pesquisas quantitativas.

A teoria das representações sociais se inscreve na existência do que se chama senso comum. É o conhecimento do senso comum que tem como objetivos se comunicar, estar sempre pronto para responder a novos estímulos e significantes, e sentir-se dentro do ambiente social partilhado (cf. MORA, 2002:7). Tem sua origem relacionada à troca comunicativa que existe em todo grupo social. Aquele que conhece no senso comum coloca-se dentro daquilo que conhece, e faz da representação social um produto de dupla face, uma figurativa e outra simbólica (cf. SÊGA, 2000:129).

Essa teoria pode ser considerada “uma forma sociológica de psicologia social” (cf. FARR, 1994:44), pois seu precursor mais importante foi Émile Durkheim. Mas todo esforço de seu iniciador, Serge Moscovici, deu-se no intuito de estabelecer um *continuum* entre os conceitos de representações individuais e coletivas.

Como se sabe, uma das maiores contribuições de Durkheim foi delimitar o objeto da Sociologia. Estes seria o fato social. Corresponde a todo fenômeno que tem origem na associação entre os homens, mas que adquire vida própria, exterior e independente das consciências individuais, de extensão plena nos marcos de uma sociedade considerada e com poder coercitivo sobre as disposições pessoais. Para Durkheim, a objetividade da pesquisa seria verificada ao se tratar esses fatos como “coisas” (DURKHEIM, 1978:13).

É fundamental entender que ao implementar o princípio metodológico de equivalência entre “fato social” e “coisa” (uma realidade objetiva passível de ser observada), Durkheim não o restringe a coisas palpáveis. Afirma que “a vida coletiva é feita essencialmente de representações” (apud PINHEIRO FILHO, 2004). Também qualifica os fatos sociais como “maneiras de agir, de pensar e de sentir” (1978:3) que se elevam das consciências individuais. Por conseguinte, as maneiras de pensar não são obras meramente subjetivas. Elas são uma “individualidade psíquica de novo gênero” (DURKHEIM, 1978:90), porque habitam o sujeito intersubjetivamente, isto é, são necessariamente partilhadas.

A partir dessa premissa básica sobre o objeto da Sociologia, Durkheim viabiliza a investigação sociológica de fenômenos ditos abstratos ou metafísicos, como religião, a magia, a própria forma do pensamento humano e os conceitos de uma forma geral. Promove, assim, a superação da epistemologia kantiana por uma Sociologia do Conhecimento que opera

---

<sup>6</sup> Representação social é uma modalidade de conhecimento particular do senso comum, que é socialmente partilhado no cotidiano, e tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos (cf. MOSCOVICI, 2003:26)

mediante uma teoria central das representações coletivas. As representações coletivas de Durkheim seriam uma categorização da realidade experimentada conjuntamente pelos indivíduos, com a inevitável sobreposição de uma “hiperespiritualidade” (DURKHEIM, 1994:54), uma ordenação básica da consciência coletiva, necessária à organização e reprodução da sociedade, que determina o aparato cognitivo puramente individual.

A realidade social não é algo dado do qual nossa consciência só reconhece o que está exposto aos sentidos, mas ela mesma uma construção proveniente da combinação *sui generis* entre as pessoas. O *a priorismo* kantiano, assentado na racionalidade implacável do espírito individual que, por sua vez, vê-se empenhada incessantemente no expediente (de generalidade absoluta) de categorizar e unificar os fenômenos suscetíveis aos limites de nossa experiência sensorial, é suplantado por um padrão de pensamento construído coletivamente por causa da sociedade.

Vê-se que Durkheim ao construir o conceito de representações coletivas submeteu o juízo analítico *a priori* a uma idéia implícita de cultura, pois as define como instrumentos de inteligência do mundo e comunicação entre as razões individuais. As representações coletivas estão assentadas em bases eminentemente simbólicas. Elas definem a construção social da realidade a partir de um complexo cultural. Logo, a possibilidade de conhecimento dos fenômenos finca uma heteronomia com a dimensão simbólica vigente que a orienta, limita e objetiva suas próprias conseqüências. Na síntese feita por W. Thomas temos: “Se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências.” (THOMAS apud ALVES, 2008:66)

Revisando o conceito de representações coletivas, Moscovici (2003) vai desenvolvê-lo para “representações sociais”, tornando-o apto a expressar a participação do indivíduo nos processos de mudança social de nossa época, marcada pela abundância de informações de vigência relativamente breve, e a conseqüente improbabilidade de estruturar tantas idéias em um esquema de conhecimento permanente. O autor busca compreender não apenas como o conhecimento é produzido, mas também como ele é reproduzido e modificado pelos indivíduos e seu impacto nas práticas sociais e vice-versa (cf. OLIVEIRA, 2004). Todavia, a premissa básica é que não se pressupõe um indivíduo isolado, mas um indivíduo que partilha suas categorias de pensamento, pois nasceu numa sociedade e vê o mundo a partir da socialização que recebeu.

Moscovici, “em síntese, preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/idéias constitui e transforma a sociedade” (OLIVEIRA, 2004). O *leitmotiv* de sua obra pode ser condensado numa pergunta que também serve de motivação para essa pesquisa: “Como é possível que sejam conhecimentos práticos a base para que eles [nós, os seres humanos] vivam suas vidas?” (ARRUDA, 2002:131). “A sua Teoria das Representações Sociais operacionaliza um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em

sua diversidade" (ARRUDA, 2002:129), considerando sobremaneira a força dos processos comunicativos na construção das coisas sociais. Tomando os processos de interação comunicativa como fundamentais na construção do espaço de expectativas compartilhadas, sob as quais regemos nossas escolhas e ações.

A singularidade da noção de representações sociais em Moscovici (2003) é estabelecida na tentativa de restaurar as partes afastadas pela moderna ruptura epistemológica entre indivíduo e sociedade. Alguns fragmentos ainda estavam presentes na concepção de representação coletiva de Durkheim (1978:3,16,92), porém, como vimos, de uma forma mais sofisticada. Por isso, as representações possuem liames inextrincáveis com os conceitos de ordem simbólica da realidade social e de cotidiano.

Wagner (1998) vai ressaltar que desse esforço de Moscovici (2003) nasce um conceito versátil, habilitado para investigar tanto processos sociais de estruturação da realidade, quanto processos individuais de distorção, adequação e modelação criativa.

Essa característica das representações sociais de coadunar todas as dimensões da vida social possui duas funções básicas, de acordo com R. Farr (1994). A primeira seria estabelecer uma ordem mínima que permita as pessoas se orientarem no mundo material e social, bem como dominá-los satisfatoriamente a ponto de forjarem expectativas plausíveis; depois viria a relação entre pessoas que se julgam detentoras de uma identidade social comum e código usado para nomear e definir apropriadamente (pelo e para o senso comum) os diversos aspectos de sua dimensão coletiva.<sup>7</sup>

### 3. A DEFINIÇÃO NO COTIDIANO

Tomar a juventude como um valor quer dizer lidar com o fenômeno da juventude na dimensão intermental da sociedade, no senso comum. A partir dessa construção, pode-se buscar como se manifesta a estruturação simbólica da juventude para as pessoas no cotidiano, e o modo como essa significação é reproduzida e reelaborada no processo de interação.

A importância dessa perspectiva reside na constatação de que as pessoas não agem somente em presença de modelos racionais provenientes da consciência individual, baseados em cálculos semi-instintivos no intento de maximizar seus objetivos, mas principalmente a partir de consensos estruturados sobre formas de ação que agregam nobreza, honradez, prestígio, beleza e misticismo. Essas noções são construídas durante toda a vida do sujeito,

<sup>7</sup> Não vamos trabalhar aqui os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais por serem relativos a familiarização de novos conhecimentos por parte do senso comum, o que não é o caso da juventude nesse início de século XXI (cf. MORA, 2002).

formando parte do seu caráter<sup>8</sup>, e adquirindo com isso uma certa estabilidade no decorrer do tempo.

À medida que um indivíduo se alinha com um referencial valorativo, seja a missão de uma religião, a doutrina de uma confraria ou sob o valor de um signo, palavra ou insígnia, podemos listar evidências suficientes, em acordo com o exposto acima, para depreendermos que parte predominante da orientação de sua conduta provém daquele referencial valorativo que o indivíduo ajuda a perpetuar. Esse referencial pode ser partilhado nas unidades sociais por meio das quais os indivíduos participam da sociedade, sobretudo nos grupos que, segundo Fichter (1975:138), são uma “coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas que desempenham papéis recíprocos, segundo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns.”. Ressalta-se dessa definição de grupos a feição necessariamente partilhada de valores e sentimentos, e a estabilidade das relações que se processam entre os que se reconhecem como membros. O grupo é capaz de subsistir mesmo quando, transitoriamente, os seus membros estão longe uns dos outros. “O grupo, portanto, é, sobretudo, uma realidade intermental.” (VILA NOVA, 200:129). Frisamos ainda que essa concepção de grupos não exclui estatuto da racionalidade só porque dá ênfase aos valores partilhados. Não se trata de um contrassenso pensar em termos de razão e valor simultaneamente. Toda racionalidade está fundada em valores (cf. FEENBERG, 1999) e a separação entre as esferas não é algo dado.

É partindo desse entendimento de grupos que consideramos útil a construção do objeto juventude como um valor. Mas que grupos seriam esses? Como selecioná-los para pesquisa, uma vez que a definição de juventude no cotidiano será descoberta após a investigação, e não antes? Afinal, costuma-se julgar como necessário que, para apontar um grupo como sendo de juventude, deve-se definir antecipadamente o que vamos considerar como juventude de modo que possibilite a identificação precisa dos grupos a serem estudados.

A resposta avistada, então, é: não se deve escolher um grupo para perguntar se eles (os membros) se consideram jovens, porque o ato de escolher já reputa uma definição prévia. A solução para viabilizar a pesquisa com a juventude como um valor é ir ao encontro de algum grupo que, antes mesmo da pesquisa ter início, já anuncia a juventude como sendo o elo de ligação entre os seus membros. Tal grupo precisa existir sob um nome (código) que identifique seus membros com o valor compartilhado de juventude<sup>9</sup>. Esse pré-requisito se impõe na medida em que se tenta descobrir as implicações de uma representação social na vida

<sup>8</sup> De acordo com Sennet (1999:10): “O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro.”

<sup>9</sup> Há muitos exemplos de grupos desse tipo. Alguns são: **Juventude** Assembleiana, **Juventude** do PMDB, União da **Juventude** Socialista, **Juventude** Quadrangular, **Juventude** Batista de Pernambuco, **Juventude** Líbano Brasileira etc.

cotidiana. Trabalhar dentro desta condição metodológica significa estabelecer contato apenas com grupos que *explicitamente* se identificam como parte do que entendem, eles mesmos, por juventude. Dessa forma, conserva-se a pesquisa isenta de qualquer tipo de julgamento prévio ou pessoal para escolha dos grupos, inclusive evadindo-se do recorte etário como única alternativa viável. O que se abarca automaticamente é o consenso operacionalizado no cotidiano dos grupos, o “consenso funcional” (WAGNER, 1998:18) necessário como critério de validade das informações empíricas que serão colhidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPÍZAR, Lydia; BERNAL, Marina. La construcción social de las juventudes. **Ultima Década**, Cidpa Viña Del Mar, n. 19. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362003000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362003000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 dez. 2009.

ALVES, Adjair. **Cartografias culturais na periferia de Caruaru: hip hop, construindo campos de luta pela cidadania**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar: (+ qualidade total na educação)**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

ALVIM, Rosilene. Olhares sobre a juventude. In: **Juventude, cultura e cidadania**. Comunicações do ISER, ano 21, Edição Especial, 2002.

ARRUDA, Ângela. **Teorias das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, São Paulo, 2002.

CARRANO, Paulo. (2007), **O conceito de identidade**. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=1083](http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1083)>. Acesso em: 13 out. 2009.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma de fazer políticas públicas - políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 19, nº. 2, São Paulo, 2002.

CECCARELLI, Paulo R. (1997), **Mal-estar na identificação**. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/malestar.htm>>. Acesso em: 29 agosto 2006.

COSTA, Carla de S. B. **Movimento estudantil contemporâneo: uma análise compreensiva de suas formas de atuação**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CRIADO, Enrique M. Juventud. In: **Diccionario Crítico de Ciencias Sociales**. s/d. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario/>>. Acesso em: 15 junho 2004.

DEBERT, Guita Grin. **A cultura adulta e juventude como valor**. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (anais), Caxambu / MG, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e filosofia**. São Paulo, Ícone, 1994.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

FEENBERG, Andrew. **Marcuse ou Habermas**: duas críticas da tecnologia. 1996. Disponível em: <<http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/marhabportu.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

FICHTER, Joseph H. **Sociologia**. São Paulo, Pedagógica Universitária, 1975.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HERPIN, Nicolas. Rede. In: BOUDON, Raymond, et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa, Dom Quixote, 1990.

JAIDE, Walter. As ambigüidades do conceito de "geração". In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude II**: para uma Sociologia Diferencial. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Sociologia Geral**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 1990.

LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

LEMUS, Roberto B. Hacia una Sociología de la Juventud: algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. **Revista Última Década**, nº. 009, Viña Del Mar, Ediciones CIDPA, 1998.

LÉON, Oscar D. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. In: **Revista Última Década**, nº. 21, Valparaíso, CIDPA, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362004000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362004000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em 12 jan. 2010

MARCUS, George E. O que vem (logo) depois do "Pós": o caso da etnografia. In: **Revista de Antropologia**, v. 37, São Paulo, USP, 1994.

MARTINS, Carlos H. dos S. **Identidade e juventude**. 2007. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=1084](http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1084)>. Acesso em: 13 out. 2009.

MATOS, Olgária C. F. **Paris 1968**: as barricadas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MORA, Martín. La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici. In: **Revista Athenea Digital**, nº. 2, 2002. Disponível em: <<http://antalya.uab.es/athenea/num2/mora.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Luciana M<sup>a</sup>. R. de. **Meninos bandidos?**: interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedade: a contribuição de Serge Moscovici. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº. 55, São Paulo, ANPOCS, 2004. Resenha. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014)>. Acesso em 15 dez. 2009.

PÀMPOLS, Carles F. **De jóvenes, bandas y tribus**. 2 ed. Barcelona, Ariel, 1999.

PHARO, Patrick. Senso comum. In: BOUDON, Raymond, et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa, Dom Quixote, 1990.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. In: **Revista Lua Nova**, nº. 61, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452004000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452004000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 27 nov 2009.



SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. In **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2000.

SEGRESTIN, Denis. Identidade colectiva. In: BOUDON, Raymond, et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa, Dom Quixote, 1990.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro, Record, 1999.

SOUSA, Janice T. P. de. Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas. In: **Revista Perspectiva**, v. 22, nº. 2, Florianópolis, UFSC, 2004.

SPINK, Mary J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

SPOSITO, Marília P. **Apontamentos para a discussão da condição juvenil no Brasil**. s/d. Disponível em: <[www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/em/tetxt1.htm](http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/em/tetxt1.htm)>. Acesso em: 2 dezembro 2009.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre juventude em Educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº. Especial - 5 e 6, ANPEd, 1997.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Leon, Oscar D. **Políticas públicas de juventud en América Latina**: políticas nacionales. Viña Del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

TUCHERMAN, Ieda. **Forever Young**. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (anais), Caxambu / MG, 2004.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2000.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia A. S. P.; OLIVEIRA, Denize C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia, AB Editora, 1998.

Rebido em *Janeiro* de 2010

Aprovado em *Mai*o de 2010